

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA	30. JAN. 1980		
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

## AR REUNIU ONTEM À TARDE

# Comunistas acusam o Governo de cumprir os decretos do Governo Pintasilgo

Como em anteriores sessões da Assembleia da República, antes da sua dissolução em princípios do Verão passado, o plenário parlamentar ontem reunido conheceu os seus momentos de maior vivacidade no período de antes da ordem do dia, ficando claro para todos quantos a ele assistiram que a «guerra» entre as bancadas da AD e do PCP teve o seu início, com os socialistas um pouco na expectativa e sem terem ainda encontrado o seu ponto de equilíbrio ou, como eles gostam de dizer, de charneira.

Foram os deputados comunistas que iniciaram as hostilidades, através de Jorge Leite, o qual lançaria um violento ataque contra o actual ministro do Trabalho, Eusébio Marques de Carvalho, por este se recusar a proceder ao depósito legal de «dezenas de acordos colectivos de trabalho com um fundamento que não tem apoio legal», ao que os socialdemocratas responderiam com a justificação de que a decisão do MT se deve ao estrito cumprimento do articulado da lei aprovada em 19 de Dezembro último por Maria de Lourdes Pintasilgo e o seu Governo. Nessa medida, diriam Nascimento Rodrigues e António Cabecinha, é de estranhar que o PCP não tenha, então, protestado contra essa lei com resquícios corporativistas e venha agora, tardiamente, protestar contra a sua aplicação.

O comunista Jorge Leite acusaria, no entanto, o Governo e a maioria que na AR o apoia de serem, com esse acto de mero cumprimento da lei, autores de «uma monstruosa provocação a centenas de milhares de trabalhadores, sem precedentes, neste domínio, no quadro do regime democrático português», tendo Nascimento Rodrigues acentuado, por seu turno, que a AD terá oportunidade, quando da discussão da ratificação (já pedida) deste decreto, de proceder à sua correcção e de, então sim, eliminar todos os seus pontos que representam formas de impedir o reconhecimento em toda a sua

colega parlamentar dizendo, nomeadamente, que o PCP, com a intervenção do seu deputado, havia «demonstrado total ignorância sobre a situação energética».

## Parlamento já tem comissões

Entretanto, em reunião dos líderes parlamentares ontem realizada em S. Bento, foi decidido fixar o número das comissões e subcomissões parlamentares em 22, assim distribuídas:

Comissões de Assuntos Constitucionais; Regimento e Mandatos; Direitos, Liberdades e Garantias (com uma subcomissão de Justiça); Comunicação Social, Negócios Estrangeiros e Emigração; Defesa Nacional; Administração Interna e Poder Local; Economia, Finanças e Plano (com uma subcomissão de Cooperativismo); Agricultura, Silvicultura e Pescas; Comércio e Turismo; Indústria, Energia e Transportes; Integração Europeia; Segurança Social, Saúde e Família; Educação; Ciência e Investigação Científica; Cultura e Ambiente; Trabalho; Obras Públicas e Habitação; Juventude; Condição Feminina.

Por outro lado, vários são já os nomes falados para a presidência destas comissões, sendo certo que a AD ficará com 11 e a oposição com 9. Do lado da AD são dados como prováveis os se-

guintes presidentes: Assuntos Constitucionais — Lucas Pires; Negócios Estrangeiros — Medeiros Ferreira; Agricultura — José Manuel Casqueiro; Integração Europeia — provável Ângelo Correia; Cultura e Ambiente — Ribeiro Teles.

## Congresso Família-80

Refira-se ainda que no decorrer deste debate foi ainda escutar-se a intervenção do centrista Adriano Vasco Rodrigues, para falar sobre a realização no passado fim-de-semana do congresso Família-80 no decorrer do qual foi reafirmada a intenção de reivindicar para a família o papel de parceiro social, à semelhança do seu próprio Parlamento europeu considera.

Finalmente, no período da ordem do dia, foram aprovadas por unanimidade duas ratificações. A primeira dizendo respeito ao Decreto-Lei n.º 439/78, de 30 de Dezembro, sobre a criação de Empresa Pública-Metropolitano de Lisboa, e a segunda sobre o Decreto-Lei n.º 53/79, de 30 de Março, que comete aos Governos Cívicos de Lisboa e Porto o pagamento das despesas de instalação e funcionamento dos Bairros administrativos. Em ambos os casos as propostas de alteração na especialidade baixaram às comissões respectivas para aí serem discutidas. A.M.

plenitude dos direitos de liberdade e de independência nas negociações da contratação colectiva, sendo Portugal o único País da Europa Ocidental onde isso acontece.

## O segundo ataque

Um pouco depois, e ainda no período de antes da ordem do dia, seria novamente o PCP quem lançaria um ataque cerrado à Aliança Democrática — isto pouco depois de Miguel Pacheco (do PSD) ter chamado a atenção para o 1.º aniversário da constituição da UGT que disse esperar viesse a ser rapidamente a grande central sindical do movimento democrático português.

Sousa Marques, do PCP, seria, com efeito, particularmente duro com o PPM e, noutra curiosa faceta da sua intervenção, anunciaria uma alteração qualitativa importante na estratégia comunista, ao defender publicamente a instalação em Portugal de centrais nucleares para produção de energia eléctrica.

Luís Coimbra, do PPM, refutaria as palavras do seu

